

A Sociedade Archeologica Lusitana no contexto da arqueologia de oitocentos

Ana Cristina Martins*

Resumo

Fundada em meados de oitocentos, a Sociedade Arqueológica Lusitana reflecte todo um ambiente intelectual português favorável à implementação da salvaguarda do património, em geral, e dos estudos arqueológicos, em particular, seguindo, também neste aspecto, o muito que era então produzido na Europa mais esclarecida. Mas, este primeiro grande ensaio nacional de resgate de memórias demonstrou também como o país e, sobretudo, as entidades decisoras não estavam ainda preparados para abraçar um projecto cultural, ao mesmo tempo que identitário, desta natureza, envergadura e visão. Os seus projectos, concretizações, infortúnios e desilusões são objecto deste nosso breve ensaio, enquadrado num cenário específico da ocidentalidade finissecular.

Palavras-chave

Sociedade Arqueológica Lusitana; Arqueologia, Salvaguarda do Património; Regionalismo e centralismo político; Portugal oitocentista.

Abstract

Founded in the mid-eighteen hundreds, the Sociedade Arqueológica Lusitana (Lusitanian Archaeological Society) reflect an entire intellectual environment conducive to the implementation of Portuguese heritage conservation in general, and archaeological studies, in particular, following, in this respect, so much that was produced in Europe more clarified. But, this first major test of national rescue memories also showed how the country and especially the decision-making entities were not yet ready to embrace a cultural project, while identity, of this nature, scale and vision. Its projects, achievements, misfortunes and disappointments are our object of this brief essay, framed in a specific scenario of westernization *fin de siècle*.

Keywords

Sociedade Arqueológica Lusitana (Lusitanian Archaeological Society), Archaeology, Heritage Protection, Regionalism and political centralism; 19th century Portugal.

* Ana Cristina Martins é Investigadora do Instituto de Investigação Científica Tropical onde incrementa projectos na área da História da Ciência, em geral, e da História da Arqueologia, em particular. É Doutora em História, Mestre em Arte, Património e Restauro e Licenciada em História-variante de Arqueologia pela Universidade de Lisboa, em cujo Centro de Arqueologia – Uniarq – desenvolve um projecto sobre a Arqueologia em Portugal entre as décadas de 20 e de 60 de novecentos, sendo a investigadora principal da linha “History of Archaeology in Portugal. Theoretical Issues”. Possui várias publicações na área da História da evolução do pensamento arqueológico, museológico e patrimonial, a maioria das quais resultante de comunicações apresentadas em encontros nacionais e internacionais. Lecciona na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, na qualidade de Professora Auxiliar Convidada, em cuja Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração coordena a Secção de História do Património e da Ciência, do Grupo “História, Memória e Sociedade” do CPES – Centro de Pesquisa e Estudos Sociais. Preside, actualmente, às Secções de Arqueologia e de Estudos do Património da Sociedade de Geografia de Lisboa. E-mail: ana.c.martins@netcabo.pt / ana.c.martins@zonmail.pt / ana.martins@iict.pt

*“n’aquelle solo de Troia existia uma grande mina
de um precioso thesouro de monumentos historicos
e venerandos de remota antiguidade.
Mas a rudeza dos homens
no decorrer de todo esse espaço de tempo,
só lhes tem correspondido com o desdem de uns
e com a destruição de outros.”¹*

1. Breve preâmbulo

O classicismo nunca foi alheado por completo do quotidiano ocidental. Pelo menos da intelectualidade que nele procurava modelar suas artes e letras. Longe de se esfumar, a cultura grega e romana perpetuava-se e revigorava a cada transcrição, a cada epígrafe recolhida, a cada estátua preservada, a cada edifício adaptado. Deles emanava; neles se concentrava; neles estendia seu ideário, congregando saberes de identidades diversas e firmando pontes permanentes com o oriente mais ou menos próximo. Gradualmente, enquanto o vulgo mergulhava em ditames cristãos robustecidos pela justiça divina, o brilho brotado das esferas clássicas sobrepujou quaisquer tentativas de o emudecer, metamorfoseando-se num arquétipo socializante; numa (i)materialidade-referência eternizadora de seus (re)criadores, ansiosos por afugentar a efemeridade inevitável dos vocábulos solfejados episodicamente. Mais do que isso, a palavra cristã espalhou-se por vias, lançadas por romanos imperiais, disseminando-se por entre urbanidades talhadas à medida de um cosmopolitismo vivenciado em cada recanto (re)descoberto. Encerrado em bibliotecas recônditas de mosteiros (quase) inacessíveis, o seu exemplo rompia alçados, transpunha murados, atravessava veredas, transformava mentalidades, despertando vontades e alimentando saberes. Perpassou decênios e centúrias, estruturando visões, proceder e reflexões de quem

ambicionava legitimar posições e alicerçar programas individuais ou colectivos. Foi, sobretudo, ajustado pela própria “Cidade Eterna”, numa constante (re)apropriação de um passado distante, porém demasiado presente para que a força intrínseca da sua *memória* fosse ignorada ou coarctada. Mais do que a mensagem, era a imagética utilizada por agendamentos políticos concretos que dela retirava traços propícios aos seus ideários, agrilhoando-a, assim, a novos conteúdos.

Ancestralidade acolhida por elementos exógenos inquietos com o seu devir em solos estranhos, em contextos ignorados e por vezes adversos, preceituando comprovativos de estirpes levantinas intermediadas por presumidos descendentes de Noé, o Patriarca dos sentidos e actos são. Uma actuação que nada estranhou a Portugal que nela se entrosou para ancorar pretéritos em páginas glorificadoras de um monoteísmo conveniente a ideários construídos no momento. Axiomaram-se, também por isso, pretensões de uma lusitanidade perdida no vórtice do tempo diluviano afixado como “mito de origem”², resgatado e consolidado por fervores nacionalistas ecoantes em círculos diletantes, politizados e periódicos inflamados.

Entre nós, tal foi particularmente verdade quanto às ruínas romanas encontradas na península de Tróia, designação de si inesperada se relembrarmos a sua conexão tradicional acrescida da fabulação de Floriano Campo (Florián de Ocampo), o *Castelhano*. Convicção mantida por André de Re-

1 - J. C. d’Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas das ruinas de Troia, e onde é que se acham depositadas”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.ª série, t. VII, n.ºs 6-7. Lisboa: RAACAP, p. 91.

2 - João Leal, *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. *Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Pub. D. Quixote, 2000, pp. 64-69.

sende (c.1500-1573) num ambiente substanciado pela ruptura dogmática de transição entre a atitude classicista envolta em medievalidade e o controverso (mas desejado) humanismo doutrinário, em antevésperas do endógeno desaire sebastianista. Apesar disso, a sua relevância foi retomada apenas em finais de setecentos, pelo Superior da Ordem Terceira de São Francisco, Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814)³. Tal sucedeu após outro homem da Igreja, Frei Bernardo de Brito (1569-1617), discorrer em torno das origens bíblicas do povoamento humano da região, uma das razões do reavivamento do seu estudo na era das *Luzes*, consolidado já em pelo movimento romântico e positivista, depois de a Filosofia Natural ultrapassar a crítica crescente sobre a produção Escolástica, apresentando a religiosidade como estímulo à demanda científica. Foram várias as personalidades destacadas do burgo setubalense a entoarem odes ao seu pretérito, lembrando amiúde os vestígios deixados por um Império declinado mas nunca dirimido por completo do seu espírito primevo. Entre elas, Manuel Maria Barbosa du Bocage (1765-1805), poetizando o bíblico Túbal, num contexto ainda neoclássico imbuído da ideia de *herói*, à qual se conformaria, composta de aventura, conquista e realização, longe do *anti-herói* tão grato a determinada literatura finissecular. Túbal assumia-se, pois, como *herói romântico*, revestido de *valores* caros à génese sonhadora, como a liberdade, a igualdade e a fraternidade, a triangulação que lançara (1789) a Europa na Contemporaneidade.

2. Primeiros ensaios

Presumidamente o primeiro descobridor do arqueossítio, André de Resende, teve no escritor Gaspar Barreiros (c. 1500-1574)⁴ outro fascinado pelas ruínas romanas de Tróia. Baseando-se na filologia e no *Itinerário de Antonino* para identificar *Caetobriga*, localizou uma estátua acéfala embebida num alçado exterior da residência dos Salemas (Setúbal), de onde foi retirada (1868) com destino à Academia Real de Belas-Artes de Lisboa (ARBAL), de onde saiu para o Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). Reconheceu, ainda, inscrições romanas e uma cabeça de carneiro que entendia pertencerem ao santuário gentílico adaptado a templo cristão na medievalidade. Registou, também, numerosas cetárias⁵. Entretanto, a ideia de um templo romano sob as areias da península de Tróia subsistiu. Mormente, no *Livro das Visitações das Igrejas de Setúbal da Ordem de Santiago* (1510)⁶. Quinhentos abria então Portugal e a Europa a novas realidades para lá dos circuitos cerrados da mentalidade imposta pelos idos medievais, enquanto o geógrafo e cronista, de ascendência judaica, João Baptista Lavanha (c. 1550-1624), se deparava com pedras lavradas, material de construção e uma estátua de Neptuno, em bronze⁷. Tudo desenrolado num ambiente fervilhante de neoclassicismo, mesmo que na transição maneirista, no qual beberam literatos portugueses, com relevo para o humanista e pintor Francisco d’Holanda (c. 1517-1585)⁸. Mais tarde, Fr. Agostinho de Santa Maria (1642-1728) revelou

3 - Fernando Castelo-Branco, “Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia e Setúbal”, *Ocidente*, vol. LXV, n.º 304. Lisboa: se, 1963, p. 83.

4 - J. C. d’Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana.”, p. 90.

5 - Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, Portugal Antigo e Moderno. Dicionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Lisboa: Livraria Editora de Mattos & Companhia, 1874, p. 259.

6 - Instituto Nacional dos Arquivos Históricos/Torres do Tombo (INAH/TT), *Livro das Visitações das Igrejas de Setúbal*, n.º 128.

7 - José Marques da Costa, Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1960, pp. 15-16.

8 - Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, t. II. Tit., 57, se, sl, sd, p. 414.

(1700) a descoberta de colunas e capitéis em caboucos abertos para edificação de estalagens, surgindo sepulcros de inumação e incineração, após recolha seiscentista de *antigualhas*, entre as quais avultavam numismas. Este era, ademais, um exercício inscrito na Europa cultural pós-tridentina consagrada a elementos “nacionais”, assumindo-se o estudo numismático e epigráfico como essencial a legitimações dinásticas de âmbito local e regional, pela putativa isenção interpretativa assegurada pela sua materialidade. Enquanto isso, reutilizavam-se parcelas de estruturas erguidas nos idos ocupacionais romanos em novas composições, não obstante protecções episódicas de cantarias localizadas em determinados terrenos⁹. Num século (XVIII) de retoma da temática clássica, mediante sítios como Pompeia, Herculano e Estábia, para assentar jovens monarquias absolutistas face a múltiplos sinais de crise, não surpreende que a investigação de Tróia fosse apoiada pela futura D. Maria I (1734-1816). Sucedia, assim, a seu avô, D. João V (1689-1750), a quem se devia a criação de importantes academias, laboratórios e a publicação do primeiro Alvará de defesa patrimonial (1721) [retomado em 1802 pelo príncipe regente D. João (1767-1826)], em pleno revivalismo renascentista, da responsabilidade de Johan Joachim Winckelmann (1717-1768). Pertencente à Casa do Infantado, a Herdade do Pinheiro tornou-se, então, palco de escavações, ofertando-se artefactos a fidalgos da Corte, alguns recolhidos nas colecções dos Marqueses de Abrantes (1771-1828) e de Angeja (1716-1788)¹⁰, e interessando outros

nobilitados europeus¹¹. Objecto impressionante então exumado foi um fuste coríntio mandando altear pela princesa em praça setubalense, posteriormente soterrado defronte do convento franciscano do Espírito Santo por constringer as corridas equestres organizadas no mesmo espaço durante as festividades populares¹², numa evidência da insensibilidade vigente (fruto da ignorância) por tais questões.

Apesar das muitas vicissitudes, as ruínas romanas da capital sadina e da península de Tróia entraram, em definitivo, no calendário de actuação da intelectualidade mais avisada da época, contrariamente aos vestígios do teatro romano de Lisboa, encontrados e soterrados de novo em finais de XVIII por insensibilidade institucional, mau grado os apelos reiterados de Francisco Xavier Fabri (Francesco Saverio Fabri) (1761-1817) e as iniciativas de publicitá-las de modo amplo. Além de concorrerem para um melhor entendimento do período romano neste quadrante ibérico, os resquícios da Tróia romana estimularam a descoberta de outros coevos em diferentes locais do país, ao mesmo tempo que afluíam estrangeiros a Setúbal atraídos pelos novos achados¹³, despojando o sítio de Tróia de alguns artefactos, razão da criação de uma associação para sua pesquisa científica, defendida por João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897). A Europa respirava, então, uma ambiência cultural deveras estimulante e frutuosa após os ventos contra-reformistas, sobrevivendo um eclectismo escorado na eterna ânsia enciclopedista de alicerces cartesianos.

9 - J. C. d'Almeida Carvalho, “Estudos sôbre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal”, *O Archeologo Português*, vol. XXVII, 1925 & 1926. Lisboa: MEP, p. 165.

10 - J. C. d'Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas das ruinas de Troia, e onde é que se acham depositadas”, *O Archeologo Português*, t. XXIX. Lisboa: MEP, 1933, p. 19.

11 - Fernando Castelo-Branco, “Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia e Setúbal”, *Ocidente*, vol. LXV, n.º 304. Lisboa: se, 1963, p. 85.

12 - Gregório de Freitas, *Memorias geográficas e históricas da provincia da Estremadura*, manuscrito da colecção do Fundi Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, n.º 208, fls. 88 e 89.

13 - P.e Ernesto Augusto Pereira Alves, *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Comissão de História Militar, 1937, p. 105; Fernando Castelo-Branco, “Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia e Setúbal”, p. 83.

3. A Sociedade Archeologica Lusitana (SAL)¹⁴

O século XIX acrescentou novo olhar sobre Tróia. Inscreveu-a num panorama mais vasto pontuado de aspirações germânicas contestadas por defensores do poligenismo *versus* monogenismo. Posição perfilhada por letrados portugueses empenhados em escrutinar a autonomia das realidades etnográficas para contrapô-las ao difusionismo e atenção desmedida de influências exógenas no aperfeiçoamento cultural. Em especial das mais longínquas da proximidade occídua. Ainda assim, perdeu a ideia da proveniência alógena daquelas ruínas, agora entendida fenícia, (talvez) para integrar o país no prestigioso circuito mediterrâneo¹⁵.

Certo é que, uma primeira referência sobre escavações no local reporta-se a 1814, quando da saída definitiva das tropas napoleónicas do nosso território e da descoberta de um pequeno caixão de chumbo, ocasionada por desmoronamento de ribanceira¹⁶. Dos objectos encontrados, fazia parte uma taça argêntea com figuras mitológicas relevadas. Encontrava-se, então, na posse do futuro 2º Duque de Palmela (1818-1864), filho do Presidente inicial da Sociedade Arqueológica Lusitana (SAL). Primeira do género no país, integravam-na, entre outros, o seu idealista, o advogado Aníbal Al-

vares da Silva (1819-1908) - que a concebera -, o clérigo, arqueólogo e numismata Manuel da Gama Xaro (1800-1870), Jorge Torlades O'Neill (1817-1890), Sebastião Maria Pedroso Gamitto e João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897). Fundada em 1849, ainda no rescaldo de fortes tumultos políticos, a agremiação destinava-se a explorar (a denominada) *Caetobriga*¹⁷. Abriam-se, para o efeito, *largas vallas*, para delas retirar *antigualhas*¹⁸, a lembrar procederes contemporâneos, como o de A. H. L. F. Pitt-Rivers (1827-1900), em Inglaterra, e o de Carlos Ribeiro (1813-1882) (que visitara Tróia em 1858), nos concheiros de Muge¹⁹. Privilegiando, como nestes, a escavação intensiva parcelar para identificação estrutural²⁰, os responsáveis pela investigação de Tróia mandavam escorar os alçados das estruturas encontradas, escavando o seu interior na íntegra, a maioria das vezes no decorrer de um só dia, dependendo das condições atmosféricas. Comprometia-se, no entanto, informação vital para melhor entendimento da realidade estudada, decorrente dos (ainda) escassos conhecimentos específicos detidos por nacionais²¹. O próprio terreno onde decorriam as investigações também não facilitava, obrigando a construir um cais de maiores dimensões e muro de contenção das areias, retiradas *à canastra*, num processo moroso e dispendioso, não

14 - O objectivo principal desta sociedade ficara bem expresso no artigo 2.º (1859), ao afirmar-se que “o fim desta Sociedade é exclusivamente promover por todos os meios ao seu alcance [e efectuar] uma escavação nas ruínas da antiga Cetóbriga.”

15 - A J. Marques da Costa, “Troia de Setubal”, *O Archeologo Português*, vol. XV, n. 1. Lisboa: MEP, 1910, pp. 78-83.

16 - Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX. Lisboa: se, 1880, p. 258; Fernando Castelo-Branco, “Da origem e do desaparecimento de Troia de Setubal”, *Las Ciencias*, año XIX, n.º 2. Madrid: C. Bermejo, sd, p. 445; Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Ibid.*, p. 208.

17 - J. C. A. Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.ª série, t. VII, n.º 5. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères, 1896, p. 71.

18 - J. C. d’Almeida Carvalho, *Ibid.*, p. 72. Nossos itálicos.

19 - Oliveira Martins, *Elementos de Antropologia*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987, p. 189.

20 - Carlos Ribeiro citado por Fernando Castelo-Branco, “Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia e Setúbal”, *Occidente*, vol. LXV, n.º 304. Lisboa: se, 1963, p. 89; Fernando Castello-Branco, “Aspectos e Problemas Arqueológicos de Troia de Setúbal”, *Occidente*, v. LXV. Lisboa: Ed. Imperial, 1963, p. 29 e 135.

21 - A J. Marques da Costa, “Estudos sobre Troia de Setubal”, p. 350.

obstante o rojão concebido para o efeito, lançando-se carris de madeira para rolamento das carríolas de mão, para os quais se pretendia, em vão, um corte do pinhal mais próximo²².

Cimentação de ideias e procederes à qual não foram, certamente, estranhos factos estruturantes da arqueologia. Entre eles, o *annus mirabilis* (1859) dos estudos pré-históricos, ao reconhecer-se, no mesmo ano da apresentação da primeira grande obra darwiniana, a existência da pré-historicidade, com todas as implicações inerentes, ao nível, quer do tempo longo e da noção de evolucionismo, quer da cultura e das mentalidades, mormente por argumentar a letra bíblica. De igual relevância foi um conjunto de eventos sucedidos no contexto e por ocasião da Exposição Universal de Paris, de 1867: a mostra contida na *Galérie du Travail*; a inauguração do *Musée des Antiquités*; a segunda sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (CIAAP). Novos sinais para uma disciplina enraizada aos poucos no meio académico, estribando-se em boa medida por via do ambiente intelectual francês então dominante, apesar da fortíssima e crescente concorrência germânica. Sobrevieram, depois, demais reuniões do CIAAP, assim como edições expositivas universais, algumas com presença portuguesa. Acções que tiveram repercussão quase imediata entre estudiosos portugueses, atentos ao desenrolar dos acontecimentos além-fronteiras, despertados com novidades aportadas das capitais culturais, por excelência, de uma Europa onde muitos viveram e se formaram. Não surpreende, assim, que cedo despontasse o apreço pela investigação pré-histórica, compondo colecções e núcleos museológicos com artefactos recolhidos no campo, imprimindo notícias e artigos em periódicos de divulgação, assim como dando à estampa obras de referência nos nossos dias, mesmo que as atenções continuassem a concentrar-se no mundo clássico e, agora, no deslumbramento pré-clássico e (re)descoberta de novas culturas identificadas em diferentes recônditos mundiais. Atestando a forma

como acompanhavam as discussões registadas nos circuitos europeus de maior nomeada neste palco de actuação, assim como o prestígio granjeado por alguns dos seus protagonistas internos, dispomos de relevantes trocas epistolares com eminências estrangeiras. Existem também teores reveladores de como, embora geograficamente periférico, Portugal se aproximava da qualidade teórica bebida em composições editadas à época. Era um grupo destacado pelos capitais detidos que permitiam aos seus elementos aceder a informação divulgada em línguas estrangeiras, sobretudo francês, fruindo de um tempo proibido à generalidade populacional. Médicos, advogados, jornalistas ou simplesmente diletantes e curiosos, unia estes homens (porquanto ausentes as mulheres) uma vontade férrea de coadjuvar no desenvolvimento do país. Desenvolvimento que passava, não apenas pela economia e finanças, mas pela cultura e adaptação das mentalidades aos novos ventos do progresso humano. Principalmente, quando a arqueologia se revelava um poderoso aliado de uma das principais indústrias contemporâneas, a turística. Sobretudo quando a arqueologia podia servir ambições nacionais, regionais e locais, reforçando, legitimando ou anulando presunções de natureza variada. Mais do que isso, o estádio de evolução da ciência arqueológica poderia espelhar o avanço dos países que a cultivavam, razão pela qual, em antevésperas de acolher a nona sessão do CIAAP (1880), a Lisboa governamental financiou a execução da primeira carta arqueológica do país, circunscrita, naquele momento, ao Algarve.

Não obstante, assistia-se a uma certa persistência interna de abordagens “proto-museológicas”. Nomeadamente, no que respeitava a recuperação de espólio representativo do arqueossítio de Tróia, embora houvesse empenho em preservar mosaicos e frescos *in situ*, tradicionalmente retirados para gáudio de particulares e êxtase colectiva em novos espaços museológicos. Apesar disso, vislumbrava-se motivação científica no querer exumar o objecto para nele entrever a sociedade sua fazedora e frui-

22 - Fernando Castelo-Branco, *Ibid.*, p. 135.

dora, elucidando “acerca do viver, trato, economia e política dos antigos habitantes da cidade.”²³. Enquanto isso, urgia obstar à ignorância e subestimação do seu verdadeiro *valor de antiguidade* acrescido dos de *cientificidade e pedagogia*. Ademais, este era um óbice central na preservação de *Cae-tobriga* por implicar *um lidar continuo e sem tre-goas*, publicando-se minuciosos diários semanais das escavações, em especial na *Revista Popular*. Entabulado o acordo com o proprietário do terreno onde decorreriam as investigações, contrataram-se os *archeologos mineiros* em Setúbal. A fiscalização permanente e revezada dos trabalhos ficou a cargo dos “sócios-inspectores” que ali se deslocavam aos pares, por períodos semanais, permanecendo *em toscas barracas ou cabanas*. Era um autêntico assomo de romantismo tardio, fervilhado junto *as médas e dunas das areias - para honra do paiz*²⁴.

Iniciadas a 1 de Maio de 1850, as escavações *intermitentes* desvendaram frescos e mosaicos, descobrindo-se, em 1873, já depois de extinta a SAL *interessantes antigualhas*, como *lampadas sepulchraes*, guardadas na residência setubalense de J. C. d’Almeida Carvalho, secretário da SAL, *que as tem adquirido e salvado do vandalismo da ignorancia*²⁵, lamentando-se, contudo, *que o governo não cuide com mais atenção n’esta Pompêa portugueza!*²⁶. Com efeito, os diferentes gabinetes ministeriais tutelares persistiam em obviar sítios como Tróia, fazendo depender o sucesso do seu estudo de iniciativas particulares, a exemplo de D. Fernando II (1816-1885) (que acedera ser “Protector da Sociedade”) e de D. Pedro de Sousa Holstein (1781-1850), 1.º Duque de Palmela:

Do Governo nenhum auxilio recebeu a Sociedade, nem a concessão de alguma madeira dos pinhaes do Estado para ser applicada ás excavações, e nem sequer uma casa em algum dos edificios de bens nacionaes, onde pudesse ser collocado o Museu da Sociedade. Quanto aos particulares, os homens abastados não se mostraram dedicados á archeologia e menos dos argentarios sahiram quaesquer quantias para a exploração de minas, d’onde não se esperava arrancar metaes preciosos. Os outros, os homens de letras, os estudiosos, ou illustrados apreciadores de antiguidades, esses respondiam: que não tinham dinheiro e quando muito os seus recursos mal satisfaziam ás suas necessidades, vendo-se impossibilitados de comprar até alguns livros que lhes eram indispensaveis²⁷

O princípio do fim da SAL ocorreu a 4 de Outubro de 1857, com a eleição da nova direcção, sobrevivendo até finais de 1867, *sem recursos, sem fé, sem esperanza e, por assim dizer, em debandada*, desencantada por não obter uma sede condigna para expor o espólio exumado e instalar uma biblioteca especializada. Setúbal era ainda demasiado periférica; a insensibilidade política por estes assuntos grassava, desanimando vontades locais e regionais, mesmo as judiciosas, insistindo-se em contornar teorias científicas implementadas além-fronteiras²⁸.

Contrariando este cenário decepcionante, D. Pedro V (1837-1861) visitou as escavações com o iminente investigador alemão Emil Hübnér (1824-1901), deslocando-se de igual modo a Tróia conceituados arqueólogos nacionais, como C. Ribeiro. Apesar disso, o projecto esmoreceu em 1858 por falha de verbas para escavar e editar os *Annaes*, finalizados no terceiro número, até por escassez de

23 - J. C. d’Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas das ruinas de Troia, e onde é que se acham depositadas”, p. 72.

24 - J. C. d’Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas das ruinas de Troia, e onde é que se acham depositadas”, p. 5.

25 - Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Idem*, p. 259.

26 - *Ibid.*

27 - J. C. d’Almeida Carvalho, “A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas das ruinas de Troia, e onde é que se acham depositadas”, p. 82.

28 - *Id.*, *Idem*, p. 83-84.

leitores, num país em que imperava o analfabetismo e a iliteracia. Até que o reconhecimento dos esforços da SAL chegou. Sobretudo do estrangeiro. Era, todavia, tarde de mais. A SAL extinguiu-se. Irónico, no entanto, que o Governo negado a financiá-la propusesse (1856), em caso de dissolução, a entrega dos artefactos encontrados à Biblioteca Nacional²⁹. Dez anos volvidos, eram transferidos para a ARBAL³⁰, com breve passagem pelo MNAA, até serem depositados no Museu Etnológico Português (MEP), por intervenção do seu director, José Leite de Vasconcelos (1858-1941)³¹.

Neste entretanto, surgiu a possibilidade de retomar as escavações, quando o proprietário do terreno pretendeu (1876) arrendá-lo à “Sociedade Anónima Francesa das pesquisas arqueológicas de Cetóbriga”, representada por François Stanislas Blin. Poderia explorar as ruínas e abri-las ao público mediante venda de bilhetes, cujas receitas reverteriam a favor da compra da própria estação, enviando para França os objectos descobertos que não conseguisse vender entre nós³². O projecto não foi concretizado. Com efeito, ainda em 1919, inúmeras peças se encontravam em posse da viúva do proprietário³³.

4. A Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses

Assim que a SAL findou, a Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses (RAACAP) (1863) consultou (7 de Julho de 1867) o Ministério do Reino (MR) para averiguar as possibilidades de o Estado adquirir os artefactos recolhidos em Tróia por aquela sociedade francesa, tendo influenciado a sua obtenção pela ARBAL. Atestava-se, assim, o seu prestígio e forte capital social e cultural.

Conhecendo os obstáculos enfrentados pela SAL, o seu principal mentor, J. Possidónio N. da Silva (1806-1896) sugeriu (1864) contactar-se seus fundadores para, “senão tornar à vida, ao menos fazer pôr a descoberto essas preciosidades.”³⁴. Planeou, entretanto, reiniciar a escavação regular e metódica, animado com “fundadas esperanças de que a mesma Associação possa coadjuvar aquella civilisadora empreza opondo-se com os seus zelosos colaboradores.”³⁵. Mas, a cooperação subjacente exigia uma missão conjunta³⁶. Foi, contudo, essencialmente perspectivada para “enriquecer o museu de archeologia, que a nossa Associação vai formar.”³⁷, com,

29 - Id., *Idem*, pp. 84-85.

30 - Id., *Idem*, p. 85.

31 - Id., *Idem*, p. 90.

32 - Carlos Dinis Cosme, “Ruínas de Tróia: algumas fontes históricas”. sl: se, sd, pp. 27-28.

33 - Jorge de Almeida Segurado, “Tróia de Setúbal, «Cetóbriga dos Romano?s»”, *O Archeologo Português*, vol. XXIV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1920, p. 213.

34 - Arquivo Histórico da Associação dos Arqueólogos Portugueses (A.H./A.A.P.), *Correspondência Recebida*, n.º 25, 29/11/1864. Inédito; Id., *Idem*, n.º 7, 20/9/1892. Inédito.

35 - Id., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 33, 23/11/1865. Inédito. Não deverão ter sido estranhas a esta intencionalidade as anotações que, em 1848, um dos consócios, Carlos Ribeiro, registou no seu *Livro de Viagens* sobre as ruínas e objectos encontrados em *Caetóbriga*.

36 - Id., *Propostas*, n.º 8, 9/10/1864. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória. Um Percorso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: AAP, 2003.

37 - J. C. A. Carvalho, “A Sociedade Archeologica...”, p. 71. Veja-se também, *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Lisboa: Typographia da Revista Popular, 1851, p. 22.

collecções raras, para estas poderem servir de estudo, para se conhecer o auge de perfeição a que tinham chegado os artistas d'aquelles tempos [...] e tanto mais nos deverá despertar interesse de os possuir, quando temos a possibilidade de as obter no proprio solo portuguez; existindo elles mui proximo da capital, escondidos na arêa, dos quaes poderão formar um museo archeologico *o mais curioso e interessante para a historia da Lusitania*³⁸.

O recommço das investigações era fundamental “para que sejam proficuos os trabalhos que se fezerem n'estas escavações [e] trabalhos que pela sua natureza do terreno não convem interromper logo que forem começados.”³⁹. Havia, porém, que dispor de c. de 2 000 réis para cada ano dos seis planeados de escavação, privilegiando-se, embora, os artefactos em detrimento da leitura estratigráfica⁴⁰. Projecto exequível apenas com ajuda governamental,⁴¹ pois,

sem recursos pecuniarios nem o menor auxilio ou protecção [...] até lhe faltavam os meios para custear a continuação dos seus Annaes, cuja publicação terminára no seu terceiro número. A empreza, que se encarregára da impressão e publicação, nenhum interesse auferia, mas antes tivera prejuizo, á falta de leitores e procura. Depois, porém, e já muito tarde, começaram a ser procurados os Annaes e mui principalmente do estrangeiro⁴²

Na ausência do apoio ministerial, a RAACAP ponderou auto-financiar o arranque das investigações. Além dos capitais de sócios mais abonados,

pretendeu obter autorização do Governo para uma lotaria extraordinária de 8 000 bilhetes, cujo produto redundaria a favor das escavações de Tróia. Deduzia-se, ademais, 1% de cada prémio atribuído (= 5 400 réis) para criar um museo arqueológico em Setúbal onde se conservassem e expusessem artefactos retirados das suas areias, cujos duplicados se entregariam ao Museu Arqueológico do Carmo, de sua pertença⁴³. Instava-se, pois, por um *Museu de Sítio* no núcleo populacional mais importante e próximo do arqueossítio, facilitando a divulgação do seu espólio. Acresciam a estas iniciativas acções de sensibilização junto da população mais ilustrada, motivando-a a ofertar aos premiados objectos encontrados fortuitamente em Tróia⁴⁴. Apesar disso, as propostas caíram na indiferença institucional⁴⁵, comentando-se que,

Lá por fóra estuda-se com vontade e afinco a archeologia, são muitas as pesquisas e as excavações, por toda a parte se estabelecem museus, muitos dos quaes grandiosos e admiráveis. Até entre povos menos civilizados vae-se despertando o desejo da applicação á archeologia, e ainda ha pouco tempo foi creada em Tunis uma associação de letras, sciencias e arte, denominada Instituto de Carthago, cujo fim é propagar os descobrimentos archeologicos que quasi diariamente se fazem na Tunisia⁴⁶

Mas, a tenacidade da RAACAP permitiu-lhe que, em 1871, o MR lhe requeresse parecer sobre a

38 - A.H./A.A.P., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 9, 9/10/1864. Nosso itálico. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

39 - Id., *Idem*, n.º 10, 14/1/1865. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

40 - Ibid.

41 - J. C. A. Carvalho, “A Sociedade Archeologica...”, pp. 71-2.

42 - Visconde da Torre da Murta da Murta, “Relatorio do Sócio Effectivo”, p. 130.

43 - A.H./A.A.P., *Propostas*, n.º 11, 14/11/1865. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

44 - Ibid.

45 - J. T. M. Machado, *Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*. Santiago do Cacém: R.S.A.L., 1987, p. 31.

46 - A.H./A.A.P., *Idem*, n.º 11, 14/11/1865. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

compra do terreno onde se erguiam as ruínas, mercê, em boa parte, do aconselhamento de Possidónio da Silva. Foi, então, formada uma comissão no seu seio, consultando-se membros da antiga SAL para eventual parceria⁴⁷. Acção conjunta tanto mais urgente quando os governos, russo e francês, e Monsenhor de Pietro tencionavam escavar no local para ampliar suas colecções⁴⁸. O facto de o gabinete ministerial a consultar “sobre a importância histórica das antiguidades existentes na referida propriedade.”⁴⁹, reiterava o seu carácter único no panorama cultural interno, assumindo-se como o único organismo capaz de solucionar uma questão de inequívoca relevância, apesar de a ARBAL existir há longos anos. Após visita ao terreno (1873), tornou-se “fora de toda a contestação que muito convem ao interesse da historia e dos estudos archeologicos, que [...] se proceda a excavações regulares e bem ordenadas no intuito de se realizar a continuação do descobrimento da antiga povoação romana =Cetobriga= [...] a Real Associação [é] de opinião, que seria de muito interesse para a sciencia que o Governo adquirisse a parte em que existem as ruinas.”⁵⁰.

Sugeria-se também expropriar parte do terreno pelo seu *valor* inestimável para o conhecimento da História de Portugal e desenvolvimento cultural do país, tal como demonstravam práticas colhidas noutros recônditos europeus⁵¹. Era, contudo, difícil concretizá-la pelos interesses inamovíveis de proprietários rurais, significativamente representados em organismos de Estado, base do regime liberal. Reconhecia-se, no entanto, a pertinência do repto.

Mormente, quando a tripulação de um navio de guerra britânico arrancara, com picaretas e alavancas, um mosaico do *caldarium*, lastimando-se “a perda que por este modo teve o Paiz, d’aquelles objectos que para o estudo relativo tanto convinha possuir, como tambem o irem figurar em paizes estrangeiros como cousas muito apreciaveis, quando podiam irriquecer os nossos musêos.”⁵². Mas o Governo nada fez. Aberto o precedente, seguiram-se-lhe sociedades exploradoras *Francesa e Inglesa* que transportaram objectos recolhidos para seus países de origem⁵³.

5. Algumas considerações finais

Perante a coerência interna e o programa de estudo, preservação e divulgação de um sítio emblemático da arqueologia portuguesa (mas também problemático, por razões que não cabe dissecar neste texto), impõe-se perguntar o que falhou. O que falhou para que, se não todo, parte expressiva do seu conteúdo não fosse concretizado? O que falhou para que o concretizado não fosse perpetuado, quando as sinergias iniciais auguravam um destino auspicioso? O que falhou para que as diferentes comunidades, directa e indirectamente, envolvidas no assunto deixassem naufragá-lo, como se de uma jangada de pedra se tratasse? O que falhou para que se desvanecesse um projecto pioneiro e exemplificador de outras iniciativas congéneres no país?

47 - Id., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 65, 1/6/1871. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

48 - Id., *Idem*, t. V, em 8.ª, doc. 629, 1872. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

49 - Id., *Idem*, t. V, em 8.ª, doc. 779, 1872. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

50 - Id., *Idem*, n.º 124, 30/6/1873. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

51 - *Ibid.*

52 - Id., *Idem*, n.º 124, 30/6/1873. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

53 - Id., *Actas da Assembleia Geral*, n.º 132, 7/4/1889 e Id., *Idem*, n.º 109, 30/10/1883. Publicado em Ana Cristina Martins, *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da Memória*.

Trata-se de um conjunto de interrogações revelador do estado do país desatento, na sua maioria, a temas desta índole, pelo pouco ou nada que influiriam no seu dia-a-dia, pelo pouco ou nada que trariam às suas existências. Indiferença colhida entre as próprias entidades responsáveis por aquela que deveria constituir uma das traves mestras do processo de consolidação identitária de todo um país, mas também de regiões e até localidades. O problema residia precisamente aqui, na ausência de investimento público equilibrado e continuado na área (hoje) patrimonial. Bastará relembrar a diferença temporal entre a estruturação de um complexo institucional francês neste campo, logo nos anos 30, e a formação, entre nós, da consultiva Comissão dos Monumentos Nacionais (CMN), apenas em 1881, sem o volume e a consequência de trabalho aduzido pela homóloga parisiense.

A origem, porém, deste (aparente) desapego seria mais profunda e alargada. Com efeito, é possível que derivasse da inviabilidade do projecto regionalista numa localidade (ainda) demasiado apartada dos principais centros decisórios do país. Mais do que isso, e pese embora a forte tradição que detinha nesta matéria, Setúbal não possuía a força conferida por um fervilhante academismo, como o coimbrão, fundamental à prossecução de um projecto da natureza da SAL. Natureza periférica explicativa, em parte, da apatia quanto a estes assuntos. Os políticos não lhes entreviam ganhos eleitorais; a burguesia não lhes descortinava dividendos económicos; a velha nobreza não lhes recorria para legitimar pretensões; o vulgo não lhes apreendia a importância para sobrevivência das suas próprias existências. Remanescia um punhado de intelectuais rodeado de representantes de capitais sociais, económicos, financeiros e políticos, pequeno demais para enfrentar um plano tão complexo quanto o ideado para estudo das ruínas da península de Tróia. Deixados à sua sorte, ecoavam vozes num desfileiro de constante desapareço, sucumbindo perante a indiferença e solidão dos seus brados. Lisboa encontrava-se demasiado longe. Setúbal não se fazia escutar nas pastas tutelares. Era como se apenas as largas economias pessoais de quem decidia consagrar a sua vida à arqueologia permitissem vingar planos similares, para lá das malhas estreitas das burocracias castradoras e dos financiamentos que tardavam ou nunca sobreviviam. Por isso,

também as subvenções ocorriam episodicamente, por ocasião de celebrações momentâneas e para acolhimento de especialistas estrangeiros, num permanente exercício de ilusões que tragava incautos ou demasiado esperançosos num devir nacional impreparado para acompanhar os demais. Ou talvez decorresse de uma pura inabilidade para interiorizar o papel da arqueologia na afirmação de agendas de sortes diversas. Imobilidade oriunda da prescindibilidade da jovem ciência num território há muito definido e despojado de questões regionalistas, as mesmas a justificar a institucionalização antecipada dos estudos arqueológicos em determinados países europeus, coadjuvando seus regimes em várias delineações geopolíticas.

Enquanto isto, havia que lidar com uma sociedade afastada de rememorações arcádicas e (cada vez mais) dos cânones clássicos, tão característicos do romantismo tardio. Os trechos ilustrados da sociabilidade de então deixavam-se, agora, seduzir pelas polémicas despontadas com a oficialização da existência pré-histórica. Situação previsível face às alterações efectuadas no tecido sociopolítico português, entre os anos 50 e 60, assistindo-se ao ascender de uma burguesia financeira e industrial calculista e egocêntrica. Afastados do epicentro clássico, os seus protagonistas inteiravam-se da recente quimera evolucionista, sorvendo novas filosofias marcantes da *Geração de 70*, mesmo que a estética neoclássica perpassasse toda a centúria. Compreende-se, assim, a sobrelevação dos estudos de pretéritos mais recuados sustentadores de uma determinada portugalidade, fora de padronizações romanas. Reavivada nestes decénios, a recuperação do sonho de união ibérica fomentou a investigação pré e proto-histórica, fazendo coincidir *castros* da Idade do Ferro a Viriato (?-139 a. C.), símbolo maior da lusitanidade, destacando-lhe o sentido de liberdade. Multiplicaram-se, então, monografias sobre o assunto, numa expressão nacionalista de preservação identitária mediante afirmação de “lugares de memória” e de “objectos-referência”, opondo-se a reajustamentos burgueses inadequados ao perfil neo-positivista do liberal romântico.

Voluntária ou involuntariamente, toda esta conjuntura elucida o (aparente) alheamento de responsáveis políticos por assuntos desta índole. Mormente, quando se fundavam organismos específicos

para a área patrimonial, destituindo-os dos recursos humanos e materiais basilares à execução das tarefas atribuídas. Na verdade, a CMN compunha-se de literatos, estetas e jornalistas (alguns com papel determinante em sectores da vida setubalense) imaginando um país não existente, um país (quase) sempre adiado. Mais. Não obstante a posição assertiva da RAACAP sobre Tróia; dos movimentos para resgatar as ruínas da península fronteira à capital sadina, a CMN parecia contornar o tema, redireccionando posições e atenções, possivelmente pelos inúmeros obstáculos logísticos emergidos a quem pretendesse estudá-las de forma continuada.

O país não dispunha, ainda, das ferramentas essenciais a uma abordagem holística do arqueossítio de Tróia, depreciando uma estação onde teria de investir sem retirar dividendos desejados no espaço de tempo esperado, pelas infra-estruturas que urgia construir. Até que tal sucedesse, esperava-se que a Natureza não ocultasse mais os resquícios de uma vivência conhecida apenas de modo fragmentado. O pouco – e, com frequência positivo – realizado neste contexto, devia-se à iniciativa privada, como em terras vimarenenses. Desaparecidos os mecenas primordiais, vários projectos esmoreciam até se extinguirem por completo. Caso da SAL, assim que o 1.º Duque de Palmela faleceu. Sucederam-lhe, é certo, outras personalidades, entre as quais o já mencionado D. Fernando II. Mas, não bastava. Não, quando um projecto desta essência exigia acções coordenadas de valências e recursos diferentes, sob orientação de organismos públicos verdadeiramente empenhados no seu sucesso, quaisquer que fossem as convicções e os objectivos inerentes. O interesse pelo sítio não amorteceu, no entanto, motivando a pena, o lápis e a aguarela de artistas e escritores. Era demasiado importante para o saber de um determinado período do passado do território. Era suficientemente relevante para centralizar atenções de quem lhe antevia potencial turístico, donde económico. Por isso, o fascínio continuou, inclusive na figura de D. Carlos I (1863-1908), que o mandou explorar (Vasconcelos, 1897). Por isso, o incontornável J. Leite de Vasconcelos ali escavou (1895), com Maximiano Apollinário, adjunto do MEP. Um sítio que assistiu doravante a diferentes intervenções da

responsabilidade de vários autores, num esforço tenaz de não o (re)lançar no olvido, rememorando-o sempre que possível.

Lisboa, Verão de 2011

Referências bibliográficas

ALVES, P.e Ernesto Augusto Pereira (1937) – *O Conde de Lippe em Portugal*. Vila Nova de Famalicão: Comissão de História Militar.

ALVES, J. F. (1986) – *Introdução ao estudo da obra de Francisco de Holanda*, Lisboa: Livros Horizonte.

(1851) – *Annaes da Sociedade Archeologica Lusitana*. Lisboa: Typographia da Revista Popular.

BARBOSA, I. V. (1886) – *Monumentos de Portugal, Históricos, artísticos e archeológicos*. Lisboa: Castro Irmão Editores.

BERCÉ, F. (2000) – *Des Monuments Historiques au Patrimoine. Du XVIIIème Siècle à nos Jours*. Paris: Flammarion.

BLANCO, J. R. (2001) – *De Varia Restauratione. Teoría e Historia de la Restauración Arquitectónica*. Valladolid: R&R.

BRITO, Frei Bernardo de (1597) – *Monarchia Lusytana*, part. I, cap. III, pág. 6 e seg.. Alcobaça.

CAEIRO, F. G. (s/d) – Revivescências setecentistas do lulismo em Portugal. *Revista Portuguesa de Filologia*, XI, fasc. 3-4, se, sl.

CAEIRO, F. G. (1959) – *Frei Manuel do Cenáculo. Aspectos da sua actuação filosófica*, Lisboa: se.

CAEIRO, F. G. (1978) – *Concepções historiográficas setecentistas na obra de Frei Manuel do Cenáculo*, Lisboa: se.

CARVALHO, J. C. d'Almeida (s/d) – *A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas*

das ruínas de Troia, e onde é que se acham depositadas. *Boletim de Architectura e Archeologia*, S. 3, t. VII (6-7). Lisboa: RAACAP.

CARVALHO, J. C. d'Almeida (1933) – A Sociedade Archeologica Lusitana. As antiguidades extrahidas das ruínas de Troia, e onde é que se acham depositadas. *O Archeologo Português*, t. XXIX. Lisboa: MEP.

CARVALHO, J. C. d'Almeida (1925-1926) – Estudos sôbre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setubal. *O Archeologo Português*, 27. Lisboa: MEP, sed.

CARVALHO, J. C. d'Almeida (1959) – Lições de cultura e literatura portuguesa, 2 vols.. Coimbra: se.

CASTELO-BRANCO, F. (1963) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia e Setúbal. *Ocidente*, 65 (304). Lisboa: se.

CASTELO-BRANCO, F. (1963) – Aspectos e problemas arqueológicos de Tróia e Setúbal. *Ocidente*, 65 (304). Lisboa: se.

CASTELO-BRANCO, F. (s/d) – Da origem e do desaparecimento de Troia de Setubal. *Las Ciencias*, año XIX, n.º 2. Madrid: C. Bermejo.

CHOAY, F. (1992) – *L'Allégorie du Patrimoine*. Paris: Seuil.

CIDADE, H. (1929) – *Ensaio sobre a crise mental do século XVIII*. Coimbra: se.

COSME, C. D. (s/d) – *Ruínas de Troia: algumas fontes históricas*. sl, se.

COSTA, J. M. da (1898) – Estudos sobre Troia de Setubal. *O Archeologo Português*, 4. Lisboa: MEP.

COSTA, J. M. da (1960) – *Novos elementos para a localização de Cetóbriga. Os achados romanos na cidade de Setúbal*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal.

COSTA, J. M. da (1910) – Troia de Setubal. *O Archeologo Português*, 15 (1). Lisboa: MEP.

(1983) – *Dicionário de História de Portugal*, 6 tomos. Porto: Livraria Figueirinhas.

(1997) – *Dicionário do Romantismo Literário Português*, coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho.

FABIÃO, C. (1997) – Percursos da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao moderno projecto de Conimbriga (1964-1971). *La Cristalización del Pasado: Génesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*. Málaga: Universidad de Málaga.

FREITAS, G. de (s/d) – *Memorias geográficas e históricas da provincia da Estremadura*, manuscrito da colecção do Fundo Geral da Biblioteca Nacional de Lisboa, n.º 208, fls. 88 e 89.

GUILLAIME, M. (2003) – *A Política do Património*. Porto: Campo das Letras.

HOLANDA, F. de (1984) – *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

HOLANDA, F. de (1984) – *Diálogos em Roma*. Lisboa: Livros Horizonte.

LEAL, J. (2000) – *Etnografias Portuguesas (1870-1970)*. Cultura Popular e Identidade Nacional, Lisboa: Pub. D. Quixote.

MACHADO, J. T. M. (1987) – *Memórias da Real Sociedade Arqueológica Lusitana*. Santiago do Cacém: R.S.A.L..

MADAHIL, A. G. R. (1947) – Em lembrança de Gabriel Pereira. *A Cidade de Évora*, ano V, n.º 12. Évora: Comissão Municipal de Turismo.

MARCADE, J. (1971) – D. Frei Manuel do Cenáculo, provincial du ties Ordre Franciscain de la Province du Portugal. 1766-1777. *Arquivos do Centro Cultural Português*, 3, Paris: se.

MARCADE, J. (1978) – Frei Manuel do Cenáculo

Villas-Boas, Évêque de Beja, Archevêque d'Évora. Paris: se.

MARTINS, A. C. (2005) - *A memória da ruína, ou a ruína da memória?, Conservar, para quê?*. Porto: ADECAP/CEUCP.

MARTINS, A. C. (2004) – O Associativismo Erudito e a Inventariação do Património Artístico e Arqueológico no Portugal Oitocentista. *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, Actas do II Congresso Internacional de História da Arte*. Porto: APHA.

MARTINS, A. C. (2001) – O Associativismo Erudito e o Elogio da Memória Histórica. O Contributo da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a Salvaguarda do Património Histórico-cultural (sécs. XIX-XX). *Actas del I Congreso Ibero Americano del Patrimonio Cultural*. Madrid: Asociación Española de Gestores de Patrimonio Cultural.

MARTINS, A. C. (2003) – Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo). 1.ª parte. *Património. Estudos*, 5. Lisboa: IPPAR.

MARTINS, A. C. (2004) – **Património histórico-cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo)**. 2.ª parte, *Património. Estudos*, 6. Lisboa: IPPAR.

MARTINS, A. C. (2003) – *Possidónio da Silva (1806-1896) e o Elogio da memória. Um Percorso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: A.A.P..

MARTINS, A. C. (2002) – Uma Breve Incursão pelos Primórdios da Inventariação do Património Histórico-cultural Português (1859-1861). *Arqueologia*, 26. Porto: CEAP.

MARTINS, A. C. (2003-04) – As ruínas de Tróia (Portugal) e o despertar da arqueologia clássica no Portugal de Oitocentos. *Archaiá*, 3, 4 e 5. Madrid.

MATTOSO, J. (dir.) (1993) – *História de Portugal*, 8 tomos. Lisboa: Editorial Estampa.

MORA, G. (1998) – Historias de mármore. La Arqueología clásica española en el siglo XVIII. *Archivo Español de Arqueología*, 18. Madrid: Ediciones Polifemo.

PINHO LEAL, A. S. d'Azevedo Barbosa de (1874) – Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geográfico, estatístico, chorográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias. Lisboa: Livraria Editora de Mattos & Companhia.

PINHO LEAL, A. S. d'Azevedo Barbosa de (1880) – *Portugal Antigo e Moderno*, 9. Lisboa: se.

SANTA MARIA, Fr. Agostinho de (s/d) – *Santuário Mariano*, t. II. Tít., 57. sl, se.

SEGURADO, J. A. (1920) – Tróia de Setúbal, «Cetóbriga dos Romano?s». *O Archeologo Português*, 24. Lisboa: Imprensa Nacional.

TAVARES DA SILVA, C. ; SOARES, J. (1986) – *Arqueologia da Arrábida*. Coleção «Parques Naturais», 15. Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação de Natureza.

SILVA, J. P. N. da (1888) – Monumentos Celticos, *Boletim de Architectura e Archeologia*, S. 2, t. VI, n.º 1. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères.

SIRE, Marie-Anne (1996) – *La France du Patrimoine. Les Choix de la Mémoire*. Paris: Gallimard.

VASCONCELOS, J. L. de (1897) – A inscrição de Galla?. *O Arqueólogo Português*, S. 3, 1. Lisboa: ICNM.

VILHENA, J. de (1873) – *As raças históricas da Península Iberica e a sua influencia no direito portuguez*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

VILELLA, S. (1874) – Dos primitivos habitantes da Península Iberica. *Boletim de Architectura e Archeologia*, S. 2, t. I, n.º 3. Lisboa: Typographia Lallemand-Frères.